

Sumário

Prefácio	5
Glossário	15
Introdução	21

CAPÍTULO 1

DIREITO E METAFÍSICA: COMO JUSTIFICAR A INSERÇÃO DO DIREITO NUMA CONCEPÇÃO METAFÍSICA	29
--	----

CAPÍTULO 2

POLISSEMIA DO VOCÁBULO “DIREITO” E TOMADA DE POSIÇÃO CRITICOGNOSIOLÓGICA	41
---	----

CAPÍTULO 3

MANIFESTAÇÃO FENOMENOLÓGICA DO DIREITO	57
3.1 Direito-norma: conceituação	57
3.2 Diferença entre lei e norma	59
3.2.1 Natureza ontossocial da Norma Jurídica	64
3.2.2 Norma jurídica: princípio de causalidade	66
3.2.3 Projeto de norma: uma <i>actio immanens</i> . Norma vigente: uma <i>actio</i>	72
3.2.3 <i>Transiens</i>	72
3.3 Natureza dialética do direito- norma.	73
3.3.1 O direito “em potência” ou a normatividade jurídica	73
3.3.2 O direito em ato, ou concreção do bem normado	79
3.3.3 Ação Processual e conduta juriforme: pressupostos fáticos da concreção do bem normado	87
3.3.4 Consciência axiológica: suporte ontológico da efetividade jurídica	97
3.4 Especificidade da norma jurídica	109
3.5 Especificidade da norma jurídica, como pressuposto do labor interpretativo	120
3.6 Formalismo Jurídico	130
3.7 Formalismo deontico	134
3.8 Politicidade do direito-norma	141

CAPÍTULO 4

RAIZ ONTOLÓGICA DO DIREITO	151
4.1 O porquê e o para-quê do direito	151
4.2 Fins existenciais	154
4.3 <i>Causa essendi</i> do agir humano	156
4.4 Falácia naturalista	157

CAPÍTULO 5

O DIREITO: ALGO URGIDO PELA NATUREZA DO HOMEM CONCRETO	163
5.1 Conceito polêmico de natureza	163
5.2 Pressupostos metafísicos do conceito de natureza	168
5.3 Distinção entre Essência e Existência: um <i>a priori</i> de filosofia jurídica	172

CAPÍTULO 6

LEI NATURAL	175
6.1 Em que sentido se há de falar em uma Lei Natural	175
6.2 Lei Jurídica e Lei Natural: relação de analogia	179
6.3 Conteúdo e cognoscibilidade da Lei Natural	184
6.4 Distinção entre bem ontológico e bem moral	188
6.5 O bem-que-deve-ser-feito	190
6.6 Hierarquia na escala dos fins e das inclinações naturais	193

CAPÍTULO 7

FATORES CONDICIONANTES DE PERFECTIBILIZAÇÃO DA PESSOA HUMANA	199
7.1 Considerações iniciais	199
7.1.1 Sociabilidade	200
7.1.1.1 Elementos constitutivos de uma sociedade	207
7.1.1.2 Sociedade e sociedades	209
7.1.1.3 Sociedades perfeitas e imperfeitas	210
7.1.1.4 Natureza da sociedade	212
7.1.1.5 Realidade autônoma do Estado	220
7.1.1.6 Organismo e Estado: analogia, não univocidade	221
7.1.1.7 Sentido analógico da atribuição de personalidade ao Estado	224
7.1.1.8 Da personalidade moral à personalidade jurídica do Estado	226
7.1.1.9 Pólos de relacionamento da pessoa estatal	229
7.1.2 Bem comum: segundo fator condicionante de perfectibilização da pessoa humana	232
7.1.2.1 Delimitação conceitual de bem comum	232
7.1.2.2 Bem comum e o problema da sociedade <i>versus</i> indivíduo	239
7.1.3 Livre arbítrio: terceiro fator condicionante de perfectibilização da pessoa humana	241
7.1.4 Valor: quarto fator condicionante de perfectibilização da pessoa humana ..	245
7.1.4.1 Valor: conceituação e controvérsia	246
7.1.4.2 Valor e consistência	252
7.1.4.3 Impedibilidade dos bens condicionantes de perfectibilização	254
7.1.4.4 Valor e dever-ser	256
7.1.4.5 Natureza complexa da realidade-valor	258
7.1.4.6 Classificação dos valores	259
7.1.4.7 Cognoscibilidade dos valores	261
7.1.5 Poder social: quinto fator condicionante de perfectibilização da pessoa humana	268

7.1.5.1	Essência do poder	269
7.1.5.2	Poder e autoridade	273
7.1.5.3	Poder: causa formal da sociedade política	274
7.1.5.4	<i>Causa essendi</i> do poder	282
7.1.5.5	Poder de fato e poder de direito: jurisfação do poder	284
7.1.5.6	Legitimidade e efetividade	287
7.1.5.7	Poder Constituinte	290

CAPÍTULO 8

CONTEÚDO DE INTELIGIBILIDADE DO CONCEITO A QUE CORRESPONDE A REALIDADE JURÍDICA	301
8.1 Elementos presentes na inteligibilidade do conceito de direito	301
8.2 Unicidade da natureza do jurídico na diversidade de normatização das opções axiológicas dos grupos politicamente individualizados. O fenômeno da pluralidade jurídica	306
8.3 Uma só natureza: um só direito	312
8.4 Direito, propriedade metafísica do existir humano	314
8.5 Unicidade de natureza do jurídico em face do pluralismo jurídico	323
8.5.1 Expressões do chamado pluralismo jurídico ou direito sem Estado	323
8.5.1.1 Direito alternativo	328
8.5.1.2 Direito Canônico	331
8.5.1.3 Direito Internacional Público e Direitos Humanos	338
8.5.1.4 <i>Lex Mercatoria</i> e Direito Internacional Privado	350

CAPÍTULO 9

DIREITO NATURAL <i>VERSUS</i> DIREITO POSITIVO	359
9.1 Delimitação conceitual dos termos da controvérsia	360
9.2 Jusnaturalismo de inspiração racionalista	363
9.3 Jusnaturalismo na tradição católica	365
9.4 Direito Natural, como critério de validade do Direito Positivo	381
9.5 Natureza das Coisas	382
9.6 Direito Natural <i>versus</i> Direito Positivo: antítese injustificável	384
9.7 Direito Natural e <i>Jus Gentium</i>	388
9.7.1 <i>Jus Gentium</i> : construção jurisprudencial romana	388
9.7.2 <i>Jus Gentium</i> : mínimo múltiplo jurígeno no ápice das revelações do Direito Comparado	393

CAPÍTULO 10

A PESSOA HUMANA ENTRE DUAS ORDENS DE NORMATIVIDADE NATURAL	401
10.1 Horizonte axiológico da ordem normativa da moral	401
10.2 <i>Causa essendi</i> da ordem normativa da moral	406
10.3 Intervigência das ordens normativas do direito e da moral	410
10.4 Fonte de especificação da conduta moral	412
CONCLUSÃO	417
REFERÊNCIAS	433